

Mulheres em campo: história, estereótipos e narrativas midiáticas¹

Júlia WEBER²

Lana D'Ávila CAMPANELLA³

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Campus Frederico Westphalen

Resumo

Este estudo de abordagem qualitativa, traz um recorte de monografia que versa sobre as representações de gênero em coberturas midiáticas, cujo objetivo é compreender como essas narrativas contribuem para a construção da imagem pública do futebol feminino e para a formação da opinião pública. Parte-se da compreensão do futebol como fenômeno cultural, historicamente associado à masculinidade (DAMO, 2007) e como espaço de desigualdades simbólicas (ARAÚJO, 2021), recuperando as interdições legais impostas às mulheres no século XX (SOUZA JÚNIOR, 2013; CAPUCIM, 2024). Considera-se, portanto, que persistem enquadramentos comparativos, processos de invisibilização e disputas por legitimidade (GOELLNER, 2005; ARAÚJO, 2021), o que resulta em tensão entre avanços estruturais e permanências discursivas midiáticas.

Palavras-chave: Futebol; Gênero; Mídia; Opinião Pública; Relações Públicas.

INTRODUÇÃO

A consolidação do futebol como fenômeno cultural global esteve historicamente associada a valores como virilidade, força e competitividade, socialmente vinculados ao masculino. Conforme aponta Araújo (2021), o futebol ultrapassa a dimensão do entretenimento, configurando-se como espaço de disputas simbólicas que refletem desigualdades sociais e culturais. Nesse contexto, a trajetória do futebol feminino mostra tensões permanentes entre resistência e reconhecimento.

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Estudante de Graduação do Curso de Relações Públicas da UFSM/FW, e-mail: weber.julia@acad.ufsm.br

³ Doutora e com Pós-doutorado em Comunicação Social (PPGCom PUCRS). Professora do curso de Relações Públicas da UFSM/FW, e-mail: lanea.campanella@ufsm.br

Nessa perspectiva, através da análise de obras, estudos acadêmicos e notícias que discutem a história do futebol feminino, foi realizado um recorte para discussão: quanto às interdições legais, enquadramentos midiáticos e disputas simbólicas nessa prática esportiva.

O futebol estruturou-se como prática organizada na Inglaterra do século XIX, em meio às transformações decorrentes da Revolução Industrial. A criação da *Football Association*, em 1863, formalizou regras e institucionalizou a modalidade, integrando-a a ideais de disciplina, nacionalismo e masculinidade (DAMO, 2007). Tal processo ocorreu em um contexto no qual a prática esportiva era concebida como território predominantemente masculino, o que contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços oficiais de competição.

Apesar de existirem registros de partidas femininas desde a década de 1920, essas iniciativas foram frequentemente tratadas pela imprensa como espetáculos exóticos ou circenses. Em 1921, a própria Football Association proibiu as mulheres de atuarem em estádios oficiais, sob a justificativa de que o futebol seria inadequado ao corpo feminino. No Brasil, a repressão foi formalizada pelo Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, que vedava a prática de esportes considerados incompatíveis com a “natureza feminina”, proibição que entrou em vigor até 1979.

Segundo Souza Júnior (2013), os discursos médicos que sustentavam tais restrições legitimavam desigualdades ao associar o futebol a riscos fisiológicos inexistentes. Capucim (2025) acrescenta que essas interdições também se articulavam a projetos políticos e nacionalistas interessados na preservação de uma representação hegemônica de masculinidade. Ainda assim, mesmo diante das proibições legais, partidas femininas continuaram ocorrendo de forma informal, demonstrando que a invisibilidade institucional não significava ausência da prática, mas sim seu silenciamento.

A superação gradual dessas barreiras, impulsionada por processos contínuos de resistência e reivindicação por reconhecimento, resultou na institucionalização da Copa do Mundo Feminina da FIFA. Um torneio experimental realizado na China, em 1988, marcou o primeiro evento organizado pela FIFA com o objetivo de avaliar a viabilidade de uma competição internacional feminina. Em 1991, ocorreu a primeira edição oficial do campeonato, também na China, com a participação de 12 seleções. Desde então, observa-se expansão progressiva do número de equipes e da visibilidade global do torneio, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Desde então, o torneio passou por um processo contínuo de expansão. O número de equipes manteve-se em 12 nas duas primeiras edições (1991 e 1995), foi ampliado para 16 a partir de 1999, chegando a 24 seleções em 2015 e 2019, e alcançando 32 participantes na edição de 2023, realizada na Austrália e na Nova Zelândia. A próxima edição, prevista para 2027, no Brasil, manterá esse quantitativo⁴. Esse crescimento evidencia maior reconhecimento institucional e ampliação da legitimidade da modalidade no cenário esportivo internacional.

A edição de 2023 destacou-se por registrar recordes de público e audiência. Foram contabilizados 1.978.274 espectadores presenciais ao longo de 64 partidas, além de índices expressivos de audiência televisiva⁵. A audiência global do evento também registrou números expressivos: segundo dados divulgados pela FIFA, a Copa do Mundo Feminina de 2023 foi vista por mais de 1,12 bilhão de pessoas em todas as plataformas (televisão e digital), alcançando um novo recorde de audiência para a competição e superando os índices da edição anterior⁶. Esses dados indicam a consolidação do futebol feminino como evento de relevância global e reforçam sua inserção no cenário de grande visibilidade esportiva. O protagonismo de atletas em competições internacionais também contribui para a redefinição das narrativas sobre o futebol feminino. Jogadoras como Marta Vieira da Silva, Megan Rapinoe, Mia Hamm e Abby Wambach tornaram-se referências globais não apenas por suas conquistas esportivas, mas também por sua representatividade social e posicionamento público.

O futebol feminino expressa disputas simbólicas que vão além dos limites do campo esportivo (ARAÚJO, 2021), em que atletas atuam como agentes de transformação ao desafiar estereótipos e reivindicar reconhecimento social. Entretanto, como ressalta Goellner (2005), os incentivos, apoios institucionais e níveis de visibilidade concedidos a mulheres e homens no esporte permanecem desiguais. O avanço da modalidade deve, portanto, ser compreendido como resultado de um processo contínuo de resistência e disputa por legitimidade.

⁴ OLYMPICS. Disponível em:

<https://www.olympics.com/pt/noticias/copa-do-mundo-feminina-todos-paises-sede->. Acesso em: 23 fev. 2026

⁵ GZH. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/futebol-feminino/noticia/2023/08/copa-do-mundo-feminina-ja-ultrapassou-total-de-espectadores-de-2019-clkwn5w6q000301k46lctze0e.html>. Acesso em: 18 fev. 2026

⁶ GE, GLOBO, 2023. Disponível em:

<https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo-feminina/noticia/fifa-divulga-audiencia-da-copa-do-mundo-feminina-e-diz-que-mais-de-1-bi-de-pessoas-assistiu-ao-torneio.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2026.

Nesse cenário, é possível compreender que a ampliação da visibilidade do futebol feminino não implica, automaticamente, transformação nas estruturas que historicamente o marginalizaram. Conforme aponta Araújo (2021), a cobertura midiática da modalidade gera avanços em termos de exposição, mas também revela permanências discursivas que reiteram desigualdades de gênero. A presença crescente da modalidade em competições internacionais e nos meios de comunicação convive com narrativas que, muitas vezes, reforçam enquadramentos marcados por comparações constantes com o futebol masculino e pela necessidade de legitimação permanente da competência das atletas.

A lógica comparativa constitui um dos mecanismos mais recorrentes na construção midiática do futebol feminino. Ao ser frequentemente apresentado como “versão” ou “derivação” do futebol masculino, o esporte praticado por mulheres é posicionado em um lugar secundário, cuja validade depende do parâmetro masculino como medida de qualidade e relevância. Essa hierarquização dialoga com o processo histórico de institucionalização do futebol como território masculino, conforme analisado por Damo (2007), e com as disputas simbólicas que estruturaram a exclusão feminina da modalidade.

Além disso, a cobertura midiática tende a oscilar entre a invisibilização e a espetacularização. Araújo (2021) aponta que grandes eventos como a Copa do Mundo, recebem maior atenção da mídia, enquanto competições regulares permanecem com visibilidade reduzida. Isso contribui para que o futebol feminino seja percebido como novidade ou exceção, e não como prática esportiva consolidada e contínua, reforçando o que Goellner (2005) identifica como processos intermitentes de visibilidade e apagamento das mulheres no esporte.

Outro aspecto refere-se à construção da imagem pública das atletas. Souza Júnior (2013) destaca que a busca pela legitimidade profissional das jogadoras envolve enfrentar discursos que questionam sua competência técnica e sua adequação ao futebol como projeto de carreira. Ainda que o desempenho esportivo tenha ganhado maior centralidade nos últimos anos, persistem abordagens que enfatizam aspectos extra desportivos, deslocando o foco da performance para dimensões tradicionalmente associadas ao feminino. Tais permanências simbólicas dialogam com os enquadramentos históricos analisados por Capucim (2024), que evidenciam como a imprensa construiu narrativas que reforçavam estereótipos e justificavam a interdição da modalidade

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Dessa forma, o futebol feminino configura-se como espaço de disputa narrativa. Se, por um lado, a institucionalização da modalidade e o crescimento de sua audiência indicam avanços significativos, por outro, a forma como é representado nos meios de comunicação continua sendo elemento central para a consolidação, ou limitação, de sua legitimidade social. Como argumenta Araújo (2021), a mídia não apenas reflete transformações em curso, mas participa da produção de sentidos que influenciam a percepção pública sobre o lugar das mulheres no esporte.

Por fim, a pesquisa aponta que a consolidação do futebol feminino resulta de um processo histórico marcado por interdições, resistências e disputas. Embora haja avanços institucionais, as estruturas discursivas que mantêm a modalidade em posição comparativa, e por vezes, refém do futebol masculino, permanecem.

Compreende-se, portanto, que a legitimidade do futebol feminino não se constrói apenas por meio de dados de público e audiência, mas também pela transformação das narrativas que moldam sua representação pública. A mídia desempenha papel central nesse processo, podendo tanto reforçar hierarquias históricas quanto contribuir para a consolidação de novos sentidos sobre o lugar das mulheres no esporte.

Referências

- ARAÚJO, Érika Alfaro de. **Mulher e futebol: a cobertura e a transmissão da televisão aberta brasileira da Copa do Mundo 2019**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.
- CAPUCIM, Giovana . **Futebol: substantivo masculino em disputas acerca do futebol de mulheres nas empresas de Rio de Janeiro e Recife durante sua interdição (1941-1983)**. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- DE SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade= Football as a career project for women: legitimacy search interpretation**. 2013. Tese de Doutorado. [sn].
- GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 2005.